

Recebimento: 09/10/2018

Aceite: 09/12/2019

O QUE DESESTIMULA A ATIVIDADE LEITEIRA EM ESTABELECIMENTOS FAMILIARES?

WHAT DOES THE DAIRY ACTIVITY IN FAMILY ESTABLISHMENTS DESISTIMATE?

Raquel Breitenbach¹
Graziela Corazza²
Janaína Balk Brandão³

Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo descrever os fatores que motivam os agricultores familiares de Alto Alegre/RS a permanecer ou desistir da atividade leiteira. Para realização deste diagnóstico aplicou-se entrevistas semiestruturadas para dezessete estabelecimentos familiares no Distrito de Santa Lúcia – Alto Alegre, contemplando todos os agricultores que permanecem e que saíram da atividade na localidade. Destes agricultores entrevistados, dez estão ativos e sete desistiram da atividade leiteira. Como resultados, destaca-se que a falta de sucessor foi o principal aspecto encontrado para a saída de produtores rurais da atividade leiteira; enquanto que a renda mensal propiciada pela atividade foi o motivo principal para permanência destes. Conclui-se que este cenário ressalta a importância da sucessão familiar rural para a dinâmica do campo, seja econômica, social ou até mesmo de paisagem. Ainda, que os agricultores desejam ter mais autonomia nas decisões de preços dos produtos por eles produzidos.

Palavras-chave: sucessão rural, renda mensal, permanência no meio rural.

Abstract

This research had as objective to describe the factors that motivate the family farmers of Alto Alegre / RS to remain or to give up of the milk activity. In order to carry out this diagnosis, semi-structured interviews were applied to seventeen family establishments in the District of Santa Lucía - Alto Alegre (including all remaining farmers who left the activity in the locality), of whom ten are active and seven have given up their milk activity. It can be concluded that the lack of successor was the main aspect found for the exit or demotivation of rural producers of the milk activity; while the monthly income provided by the activity was the main reason for staying in it.

Keywords: rural succession, monthly income, permanence in rural areas.

¹ Doutora em Extensão Rural (UFSM). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Sertão, Sertão – RS, Brasil. E-mail: raquel.breitenbach@sertao.ifrs.edu.br

² Engenheira Agrônoma pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul Campus Sertão, Sertão – RS, Brasil. E-mail: raquel.breitenbach@sertao.ifrs.edu.br

³ Doutora em Extensão Rural (UFSM). Professora da Universidade Federal de Santa Maria e da Universidade Aberta do Brasil, Santa Maria -RS, Brasil. E-mail: janainabalkbrandao@hotmail.com

Introdução

No Brasil o número de estabelecimentos familiares representa 84,4% da totalidade dos estabelecimentos agrícolas, ocupando apenas 25% da área total destinada para a agricultura (IBGE, 2006). No Estado do Rio Grande do Sul, por sua vez, esta representação é de 85,7% do número total de estabelecimentos, ocupando 30,5% da área agrícola do estado (IBGE, 2006).

Entretanto, a Agricultura Familiar (AF) durante muito tempo não foi considerada uma categoria relevante social e economicamente (MOTA; SCHIMITZ, 2006). Foi reconhecida e ganhou participação na pauta das políticas agrárias apenas na década de 1990 e sua visibilidade atribuída com a implementação do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da AF, em 1996 (SILVA; BREITENBACH, 2013).

Mesmo que a AF tenha obtido reconhecimento no cenário recente, mudanças conjunturais e políticas vêm acontecendo no Brasil nos últimos quatro anos, como a redução das políticas públicas para aquisição direta de alimentos oriundos da AF (tais como Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos, redução do montante destinado a financiamentos bancários, etc. Em um cenário regular de crise, a produção agrícola de pequeno e médio porte, em especial em regime de agricultura familiar, sente a retração do mercado e o endurecimento ao acesso ao crédito, necessário à produção (FREIRA; DE SOUZA; NASCIMENTO, 2017). O impacto das perdas no curso produtivo e a baixa nos valores dos produtos comercializados são fatores determinantes para a fragilização de agricultores de modo geral, sobretudo dos pequenos agricultores (FREIRA; DE SOUZA; NASCIMENTO, 2017).

Neste sentido, torna-se imprescindível verificar como tem se dado a manutenção e inserção das atividades produtivas dos agricultores familiares nos mercados, as dificuldades encontradas para a produção e gestão dos estabelecimentos, bem como questões relacionadas à sua reprodução social, tendo o exemplo da dificuldade de permanência dos jovens no meio rural. Considerando o último aspecto levantado, destaca-se que a dinamização econômica da agricultura familiar, a partir da diversificação das atividades rurais e da pluriatividade, é considerada um trunfo para a formação de novas gerações rurais (INSTITUTO SOUZA CRUZ, 2011;).

A bovinocultura de leite, por sua vez, é uma atividade produtiva considerada estratégica para o agricultor familiar, alicerçada, especialmente, na frequência quinzenal ou mensal do fluxo de receitas da atividade (DALCIN; TROIAN; OLIVEIRA, 2009). Estes fatores são, por sua vez, estimulantes para o desenvolvimento da atividade em comparativo com a produção de grãos, em que a área territorial requerida é maior para garantir viabilidade econômica, bem como as receitas são anuais. E mais, pode ser explorada em pequenas áreas de terra, possui baixo risco comercial, o fluxo de caixa é atrativo, sendo uma atividade interessante para a ocupação e fonte de renda ao produtor rural (CARVALHO, 2007).

A produção leiteira possui papel estratégico no desenvolvimento, sendo marco em agriculturas capitalizadas e produtivas (NETO; BASSO, 2005). Assim, a bovinocultura de leite tem papel importante para a agricultura familiar do Estado do Rio Grande do Sul, seja do ponto de vista econômico, histórico ou social (SILVA et al., 2014; TRICHES, 2011).

Segundo dados do IBGE (2014) a região Sul se destaca na produção leiteira nacional. No primeiro trimestre de 2018 a participação da região foi de 36,4% da produção leiteira nacional, totalizando 2.187.268 mil litros de leite cru adquiridos. O Estado do Rio Grande do Sul (RS), neste período, participou com 37,6% de representatividade na produção leiteira da região Sul e 13,7% na produção nacional, o que corresponde a 822.592 mil litros, ficando atrás, em âmbito de nação, apenas do Estado de Minas Gerais, o qual obteve 25,4% da produção nacional de leite (IBGE, 2018).

Porém, um aspecto da atividade leiteira é o alto custo de entrada e saída na atividade, por serem necessárias estruturas específicas, como beneficiamento, equipamentos e alto investimento em animais (CAMILOTTO, 2011). Deste modo, a obtenção de renda à curto prazo, aplicação de tecnologia para o trabalho e pelos investimentos serem duradouros, a atividade leiteira poderia ser um condicionante para a permanência no campo, principalmente pelos jovens, que se sentem atraídos por atividades com alto grau de modernização.

Procurando contribuir com dados empíricos para análise do cenário da AF no Rio Grande do Sul, a presente pesquisa identifica fatores motivacionais que influenciam na tomada de decisão dos agricultores em permanecer ou desistir da atividade de bovinocultura de leite na comunidade de Santa Lúcia, Alto Alegre/RS. Como objetivos específicos, buscou-se investigar as características

técnicas, sociais e econômicas dos casos; e mapear os rumos produtivos dos estabelecimentos que desistiram da atividade.

Suporte teórico: tipologias e enquadramentos

Conforme a Lei 11.326, de 24 de junho de 2006, agricultura familiar é aquela realizada no meio rural, com posse de terra inferior a quatro módulos fiscais, utilização de mão-de-obra da família, com renda familiar proveniente, basicamente, de atividades da propriedade e se caracterizar por um processo de gestão da propriedade conjunta dos membros da família (BRASIL, 2006).

No Brasil, a agricultura familiar foi, historicamente, excluída do modelo de desenvolvimento agrícola adotado, uma vez que não beneficiou, nem priorizou a propriedade familiar, gerando desequilíbrios sobre os ecossistemas (MALUF et al., 1996). Em contra partida, a agricultura familiar se apresenta como alternativa para um desenvolvimento menos excludente e ambientalmente mais equilibrado (DOS SANTOS e MITJA, 2012).

O conceito de desenvolvimento com recorte territorial, nesse caso rural, não é simples de ser delimitado, uma vez que distintos autores discorrem sobre o mesmo. Por outro lado, a maioria dos teóricos concordam em alguns aspectos que devem ser considerados quando se fala em desenvolvimento rural, quais sejam: fatores econômico, sociais, culturais e ambientais (KAGEYAMA, 2004).

Por isso, um projeto de desenvolvimento para a agricultura familiar deve observar as especificidades regionais e adaptar culturas com maior potencial de produção. Especialmente se considerado que a maior parte da produção agrícola mundial tem origem nos estabelecimentos familiares (DOS SANTOS e MITJA, 2012).

Por isso, no debate sobre o desenvolvimento, as especificidades produtivas e geradoras de renda e ocupação, as quais estão fortemente presentes na agricultura familiar, têm importância econômica e social e são motivadoras de políticas públicas (OLIVEIRA e RIBEIRO, 2002). Estas características da agricultura familiar permitem a flexibilidade e adaptações do setor a diferentes processos de produção, à exemplo da introdução da modernização agrícola em algumas cadeias agroindustriais (KLAUCK, 2009).

Especificamente na cadeia produtiva do leite, o agricultor familiar produtor de leite considerou por muito tempo a atividade como uma fonte de renda "secundária e suplementar" da família, o que não justificava qualquer tipo de investimento tecnológico, como a mecanização da ordenha, o melhoramento genético das matrizes, etc. (SCHNEIDER, 1995). A condição de "atividade complementar" da produção de leite também ajudou a explicar as dificuldades de modernização que as empresas e os técnicos encontravam junto aos produtores (SCHNEIDER, 1995). Por outro lado, o elo das agroindústrias foi progressivamente e aceleradamente optando pela vinculação apenas com produtores capazes de se especializar na atividade e com economias de escalas, as quais ultrapassam os limites e impuseram desafios à produção familiar (WILKINSON, 1999).

Por outro lado, cabe ressaltar que não existe, no Brasil, uma agricultura familiar apenas, mas se encontra um setor heterogêneo que permite afirmar que temos diversos agricultores familiares. Por isso, como forma de entender melhor a organização social e econômica dos estabelecimentos produtores de leite, elucidam-se nesse trabalho algumas tipologias baseadas em critérios econômicos, conforme sugerem Carvalho (2007) e Silvestro et al. (2001). Assim, apresentam-se três categorias distintas, quais sejam: agricultores familiares capitalizados, descapitalizados e em transição:

a) Os estabelecimentos considerados 'Capitalizadas' são caracterizados por uma atividade agrícola que tem possibilitado a reprodução da família com realização de investimento e de poupança, possuindo valor agregado acima de três salários mínimos por mês por unidade de mão-de-obra ocupada.

b) Os estabelecimentos considerados 'Em transição' são estabelecimentos que vivem da agricultura com realização ou de poupança ou investimento, com valor agregado entre um e três salários mínimos por pessoa ocupada.

c) Por fim, os 'Descapitalizados' são estabelecimentos que não realizaram nem investimento nem poupança e possuem valor agregado menor que um salário mínimo por mês por pessoa ocupada.

Como o nível tecnológico está estritamente relacionado ao desenvolvimento econômico e a capacidade de inserção no mercado (especialmente porque as empresas coletoras exigem uma escala mínima) cabe também classificar os estabelecimentos quanto aos sistemas de produção. Para tanto, toma-se como base a proposta de Martins et al. (2006) que divide em três esferas os

estabelecimentos conforme a quantidade e disponibilidade de alimentos fornecidos aos animais, a infraestrutura para o leite, o recebimento de assistência técnica e o tipo de ordenha realizado: a) sistema especializado; b) semiespecializado; c) não especializado.

Metodologia

Esta pesquisa é qualitativa e utiliza como método o Estudo de Caso. Como instrumento de pesquisa para coleta de dados a campo utilizou-se a entrevista semiestruturada que combina perguntas fechadas e abertas. Nesta, o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto através de um roteiro, tendo um contexto semelhante a uma conversa informal (BONI; QUARESMA, 2005). A pesquisa qualitativa é aquela que não se traduz em números, pretende averiguar a realidade em relação ao objeto de estudo, podendo obter várias interpretações de uma análise indutiva (RAMOS et al., 2003). O Estudo de Caso, por sua vez, caracteriza-se como o estudo de uma unidade ou parte de um todo, revelando sua importância como instrumento de pesquisa, apresentando suas origens, significados e seu delineamento como metodologia de investigação (VENTURA, 2007).

Como forma de organizar metodologicamente o estudo, dividiu-se o mesmo em fases, quais sejam:

- a) Fase 1: Levantamento do número de estabelecimentos que desenvolvem e desenvolviam (mas migraram para outras atividades produtivas) a atividade leiteira no Distrito de Santa Lúcia, Alto Alegre. Nesta fase da pesquisa objetivou-se também, levantar dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a atividade de bovinocultura leiteira municipal;
- b) Fase 2: Pesquisa bibliográfica com intensão de embasar teoricamente e auxiliar na elaboração da entrevista, na pesquisa de campo e análise de resultados;
- c) Fase 3: Levantamento de dados secundários e pesquisa bibliográfica referente à agricultura familiar: importância do leite para este setor; sustentabilidade e reprodução social; produção de leite e segurança alimentar; sucessão rural e produção leiteira;
- d) Fase 4: Pesquisa de campo com agricultores familiares da comunidade de Santa Lúcia – Alto Alegre por meio da realização de entrevista semiestruturada que continha perguntas norteadoras que buscaram obter informações dos estabelecimentos com critérios sociais, econômicos e técnicos (Quadro1); Cabe destaque que foram utilizados roteiros diferentes para os estabelecimentos em atividade e os inativos;
- e) Fase 5: Tabulação e análise comparativa dos dados coletados na pesquisa empírica; Fase 6: Construção de esquemas e conclusões através das análises realizadas, a fim de atender aos objetivos propostos.

Quadro 1- Critérios norteadores para coleta e análise de dados empíricos.

Classificação	Critérios utilizados para definição	Fonte
Critérios sociais utilizados para análise da reprodução social (sucessão)	Número de integrantes da família e quantos residem no estabelecimento; b) Nível de envolvimento na atividade (número de horas trabalhadas); c) Número de anos que desenvolve a atividade; d) Possibilidade de um filho sucessor continuar a atividade; e) Motivações para o sucessor continuar ou abandonar a atividade; f) Dificuldades enfrentadas pela sua família na atividade leiteira; g) Perspectiva de futuro na atividade e outras formas de renda.	Adaptado de Abramovay (1998) e Breitenbach e Corazza (2017).
Critérios tecnológicos usados para definir os sistemas de produção	Quantidade e disponibilidade de alimentos fornecidos aos animais; b) Infraestrutura para o leite; c) Recebimento de assistência técnica; d) Tipo de ordenha realizada.	Adaptado de Martins et al. (2006).
Critérios econômicos usados para definir a categoria econômica dos estabelecimentos	Realização de investimento e de poupança; b) Valor agregado do salário mínimo por mês por unidade de mão-de-obra ocupada.	Adaptado de Carvalho (2007) e Silvestro et al. (2001)

Fonte: Elaborado pelos autores.

O trabalho foi realizado no Distrito de Santa Lúcia, localizado no município de Alto Alegre – Rio Grande do Sul. O município tem 1.848 habitantes, é essencialmente dependente das atividades agropecuárias. Tendo um total de estabelecimentos agropecuários de 439 unidades, o município conta com 218 unidades produtoras de leite sendo que destas, 189 comercializavam o produto *in natura*, conforme o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006). Segundo os dados do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA (2015), Alto Alegre conta com um total de 368 estabelecimentos com cadastro atualizado em sistema de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), caracterizadas como agricultura familiar.

No período de 2000 a 2010, ocorreu uma expressiva redução populacional, já que 313 habitantes deixaram a mesma representando um decréscimo populacional do meio rural de 16,9% da população total do município, e 28,3% da população do meio rural do município nessa década (IBGE, 2010). Essa redução fica mais expressiva se comparado aos números que indicam a redução populacional urbana que foi de 24 habitantes, representando 1,29% da população total do município (IBGE, 2000 e 2010; FEE, 2010). Isto remete a questionamentos sobre a atual condição de permanência e reprodução social da agricultura familiar deste município.

Nesse contexto, foram realizadas 17 entrevistas, sendo dez com famílias ligadas a bovinocultura leiteira que comercializam leite *in natura*, e sete com as famílias que deixaram a atividade no período de 1998 a 2017 e que residem na localidade de Santa Lúcia, Alto Alegre. A realização das entrevistas ocorreu no ano de 2017, no segundo semestre.

Resultados e Discussão

Perfil dos estabelecimentos rurais de Santa Lúcia, Alto Alegre.

Na localidade em estudo, num período de 18 anos (de 1999 a 2017) contabilizou-se a saída de 12 famílias desta atividade. Destas, cinco famílias venderam o estabelecimento e migraram para o meio urbano e sete continuaram no meio rural. O estudo abrangeu, portanto, 17 famílias, sendo que 10 ainda trabalham com a bovinocultura de leite e 7 optaram por sair da atividade, mas permanecem na agricultura. Primeiramente, nesta sessão, é apresentado um panorama sobre os dez estabelecimentos que continuam ativos na produção e comercialização de leite em Santa Lúcia – Alto Alegre, para, posteriormente, expor a caracterização dos sete estabelecimentos que optaram por abandonar a atividade. São abordados aspectos sobre os componentes familiares, área destinada para produção leiteira, aspectos técnicos e comerciais.

Estabelecimentos rurais que persistiram na bovinocultura de leite em Alto Alegre/RS

Os dados referentes às dez unidades produtivas que optaram por persistir na atividade de bovinocultura de leite em Alto Alegre/RS destacam perfil das mesmas, características econômicas, bem como as motivações para permanência e consequentes dificuldades encontradas que podem comprometer a médio e longo prazo o desenvolvimento da atividade.

Acerca da composição familiar, destaca-se que as famílias analisadas são compostas por indivíduos que residem no estabelecimento, mas, destes, alguns participam e outros não participam diretamente da atividade da bovinocultura de leite, conforme apresentado na Tabela 1. Os estabelecimentos analisados, em sua totalidade, têm outras atividades sendo desenvolvidas em suas dependências, o que faz com que ocorra uma divisão de responsabilidades entre os integrantes da mão de obra familiar.

Tabela 1 - Perfil dos estabelecimentos que permanecem na atividade de bovinocultura de leite em Santa Lúcia, Alto Alegre.

Estabelecimentos	Composição familiar				Produtividade (l/vaca/dia)	Área (ha)	
	Total	Residem no estabelecimento	Ocupadas na bov. Leite	Animais (cabeças)		Total	Para bov. de leite
P1a	5	2	2	8	12,5	15	5
P2a	5	3	2	14	16,7	17	10
P3a	4	3	2	13	16,7	20	7
P4a	3	3	2	20	31,7	8	8
P5a	6	4	3	18	14,8	50	8
P6a	5	3	2	11	21,2	11,8	6
P7a	4	3	3	11	15,1	18	4
P8a	4	3	3	25	30,7	35,6	14
P9a	5	2	2	8	16,7	70	6
P10a	5	5	2	15	7,8	40	19

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Para Alto Alegre o módulo fiscal tem área equivalente a 18 hectares, sendo que, por lei, os estabelecimentos familiares do município não devem exceder quatro módulos fiscais (INCRA, 2013; BRASIL, 2006), o que corresponde a 72 hectares de área. A Tabela 1 apresenta a área e nela pode-se constatar que todos os estabelecimentos possuem área total inferior a quatro módulos fiscais, podendo ser consideradas familiares. A área média ocupada pela atividade leiteira foi de 41,16% da área total dos estabelecimentos, sendo que, apenas um destina a área total para esta atividade. Este fato pode ser explicado devido a esta unidade de produção possuir a menor área agricultável dentre as demais, sendo de apenas 8 ha. Observa-se que a variação de área destinada especificamente para a bovinocultura de leite é de 4 ha a 19 ha para a menor e maior área, respectivamente. As áreas não destinadas para bovinocultura de leite são ocupadas para produção de grãos, especialmente soja, milho e trigo.

A Tabela 1 apresenta também o número de animais e produtividade. A média geral foi de 18 litros/vaca/dia, acima da média do estado que é de 12,6 litros por vaca/dia (RIES, 2017), mas abaixo do potencial produtivo que poderiam atingir. As unidades com maior produtividade por unidade animal são as mesmas com maior nível de tecnificação e mais especializadas na atividade. Desta maneira, pode-se afirmar que o estabelecimento que mais investe em tecnificação, manejo e técnicas mais produtivas é o que apresenta maior produtividade litros/vaca/dia. Por outro lado, o que tem menor produtividade por animal é também considerado descapitalizado (conforme a classificação que será apresentada, baseada em CARVALHO, 2007; SILVESTRO et al., 2001).

No distrito estudado, a totalidade dos estabelecimentos agropecuários que continuam na atividade de leite caracteriza-se com a criação de bovinos de leite a pasto, com a formação de piquetes em pastagens. Na maioria utilizam-se matérias primas produzidas e processadas na própria unidade, a fim de compor misturas com rações e suplementos externos, além da fabricação de volumoso, especialmente silagem de milho ou cevada. Além disso, todas as unidades estudadas buscam a diversificação de atividades, especialmente com integração lavoura e pecuária no verão e inverno, respectivamente. No inverno investem em pastagens e no verão na produção de grãos, especialmente soja e milho.

Portanto, a produtividade poderia ser melhorada a partir de um sistema de pastagens que otimizasse a área disponível, como é o caso do investimento no sistema de piquetes rotacionados, aliados a adubação de pastagens. Esse sistema permite uma taxa de lotação de seis cabeças de bovino de leite por ha (BIGHETTI, 2018). Destaca-se isso, uma vez que em nenhuma das unidades estudadas obteve-se uma taxa de lotação de animais/ha maior que três.

Estabelecimentos rurais que desistiram na bovinocultura de leite em Alto Alegre/RS

Na presente seção, será abordada a realidade dos sete estabelecimentos que cessaram o trabalho com a atividade leiteira em Santa Lúcia. Apresentando o tempo em que deixaram a atividade, a área anteriormente destinada a produção leiteira, bem como os principais fatores que interferiram na desistência da atividade, sobretudo as dificuldades que enfrentavam quando ainda desenvolviam a atividade.

A Tabela 2 apresenta o núcleo familiar, o qual varia de 4 até 7 integrantes. Destes, alguns integrantes já migraram para o meio urbano, como pode ser observado comparando as colunas 2 e 3 da Tabela 2. A maioria das famílias tem pelo menos um filho morando no estabelecimento. Porém, a pesquisa apontou que estes estão preferindo trabalhar com outras áreas da agricultura ou até mesmo ir trabalhar diariamente na cidade. Isto indica uma perda de interesse do jovem para com a propriedade (PANNO; MACHADO, 2014).

Tabela 2 - Perfil dos estabelecimentos que desistiram da atividade de bovinocultura de leite em Santa Lúcia, Alto Alegre.

Estabelecimentos	Composição familiar		Tempo que deixaram a atividade leiteira (anos)	Área	
	Total	Residentes		Total (ha)	Área utilizada na bov. de leite (ha)
P1b	4	3	13	20	20
P2b	4	2	6	12	3
P3b	6	3	2	50	6
P4b	5	3	18	12	4
P5b	5	2	12	40	5
P6b	7	4	3	40	7
P7b	5	3	2	29,4	5

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

A Tabela 2 também apresenta há quantos anos as unidades analisadas deixaram de exercer a atividade leiteira. Desde o ano de 1998 os produtores começaram a abandonar a atividade leiteira e investir em suas áreas, principalmente na atividade de grãos. Um único estabelecimento investiu em vitivinicultura e venda da uva *in natura*.

Constatou-se que os produtores rurais que deixaram a atividade leiteira tinham em comum o fato de não serem especializados. A cadeia produtiva do leite tem exigido dos agricultores a especialização na produção e aumento de escala produtiva para que a matéria prima seja entregue nos padrões que os consumidores e empresas processadoras demandam. Tal aspecto exige, como consequência, altos investimentos que os agricultores nem sempre estão dispostos a fazer (BREITENBACH; SOUZA, 2015).

Um fator que corrobora para essa afirmação é apresentado na Tabela 2 e diz respeito às pequenas áreas destinadas ao desenvolvimento da atividade leiteira, comparativamente com as áreas totais. Uma vez que a atividade leiteira não era a atividade principal nas unidades de produção estudadas, também não recebia investimento e atenção prioritários. Constatou-se que os produtores não investiram recursos em infraestruturas e animais, conseqüentemente não se aprimoraram na atividade e acabaram tendo problemas com a escala o que resultou em baixo retorno econômico da atividade.

Esse cenário de mercado que impõe exigências produtivas para a agricultura começou a se desenhar já na década de 1990, com as mudanças institucionais como o Plano Real, a implantação do Mercosul e a desregulamentação do mercado pelo governo federal (BREITENBACH; SOUZA, 2015). A partir de meados da década de 90, ao mesmo tempo em que se observa uma valorização do preço do leite aos grandes produtores e desvaloriza-se o preço da soja, acaba havendo um aumento expressivo do volume do lácteo comercializado (NETO; BASSO, 2005). Em contrapartida, este cenário não favoreceu os agricultores familiares, setor que teve um expressivo declínio de produção nesta época, além de inviabilizar muitos produtores de pequena escala, que também foram forçados

a deixar a atividade por impossibilidade de adequar-se a escala exigida pelo mercado e as exigências legais de acondicionamento e refrigeração (NETO; BASSO, 2005).

Um dos principais desafios da atividade leiteira na agricultura familiar pode ser descrita pela dificuldade de competitividade e baixos níveis de concentração de produção. Neste sentido, há ameaça de expropriação por parte dos estabelecimentos especializados e com grande escala de produção (WILKINSON, 1997).

Critérios técnicos, sociais e econômicos que diferenciam os atuais bovinocultores de leite e os que desistiram da atividade

Critérios Técnicos

Quanto aos sistemas de produção, utilizou-se a proposta de Martins et al. (2006) para sua classificação, dividindo em três esferas conforme a quantidade e disponibilidade de alimentos fornecidos aos animais, a infraestrutura para o leite, o recebimento de assistência técnica e o tipo de ordenha realizado, conforme Quadro 2.

Quadro 2- Classificação quanto a especialização dos sistemas produtivos de produção de leite de Alto Alegre/RS.

Classificação teórica (Martins et al., 2006).	Classificação dos estabelecimentos que continuam na atividade quanto ao sistema produtivo que desenvolvem.
a) Sistema Especializado	Três estabelecimentos: investiram em infraestruturas modernas (estrutura conhecida como espinha de peixe) para facilitar, qualificar e especializar a ordenha dos animais; contam com assistência técnica regular, permitindo maior controle de qualidade e monitoramento do produto.
b) Sistema Semiespecializado	Sete estabelecimentos: contam com assistência técnica somente quando é solicitado, sendo utilizado o sistema de ordenha balde ao pé. Destas, três propriedades tendem diminuir insumos e investimentos, se tornando cada vez menos especializadas, com rebanho sem genética adequada e pouco produtivo. Isso se justifica por não contarem com sucessores para a continuidade das atividades, desmotivando investimentos e especialização na atividade.
c) Sistema Não Especializado	Nenhum.

Com relação às unidades leiteiras que desistiram da atividade, quanto ao sistema produtivo que desenvolviam, constatou-se que cinco estabelecimentos enquadravam-se no “sistema semiespecializado”, pois contavam com assistência técnica somente quando ocorria alguma emergência; utilizavam o sistema de ordenha balde ao pé e animais de raça específica para a produção de leite, mas com baixo investimento em melhoria genética. Dois estabelecimentos que abandonaram a atividade podiam ser enquadrados no “sistema não especializado” já que utilizavam ordenha manual; assistência técnica somente quando ocorria alguma emergência; e animais de raça não especializada para produção leiteira.

Critérios Sociais

Quando os agricultores foram questionados sobre qual o fator que, em nível de importância, mais interferiu na desistência da atividade de bovinocultura de leite, em todos os casos analisados, o fato das famílias não terem um sucessor (aliado a idade avançada e a problemas de saúde) é citado como o principal fator que motivou a deixar a atividade. A falta de um futuro sucessor também tem feito com que três estabelecimentos que permanecem na atividade reduzam investimentos, por não visualizar futuramente alguém dando sequência para as atividades.

Por ordem de importância, o próximo fator decisivo para a desistência da atividade está relacionado ao fato de terem acessado uma renda extra, provinda da aposentadoria. A seguir, também foram mencionados como importantes, mesmo que em menor grau para a tomada de decisão os seguintes argumentos: ser uma atividade trabalhosa; falta de infraestrutura; falta de valorização do produto se comparado à importância do mesmo (relacionado ao preço baixo do produto e a

remuneração menor para quem mantinha produção sazonal); o clima rigoroso que enfrentavam principalmente no inverno, impondo penosidade ao trabalho.

Já os fatores que contribuíram para a permanência dos produtores na atividade foi, em ordem de importância, o fato de gerar a entrada de recurso mensal; a possibilidade de ter um sucessor; e já ter uma infraestrutura adequada para a atividade. Tais aspectos são apresentados no Quadro 3.

Quadro 3- Fatores que incentivam ou desestimulam os agricultores de Alto Alegre/RS permanecer na bovinocultura de leite e dificuldades enfrentadas.

Fatores que motivaram a saída Estabelecimentos que deixaram a atividade	Fatores que incentivam a permanência Estabelecimentos ativos na atividade
Falta de sucessor; Idade avançada e problemas de saúde (relacionado à inexistência de sucessor); Outra fonte de renda (aposentadoria); Trabalho diário penoso e cansativo; Preço baixo do produto; Remuneração menor para quem mantinha produção sazonal; Falta de infraestrutura adequada; Clima rigoroso.	Entrada mensal de recurso; Possibilidade de ter um sucessor; Ter infraestrutura adequada.

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Por outro lado, mesmo para o grupo que manteve a atividade, alguns fatores foram considerados como debilidades para a sustentabilidade no longo prazo, quais sejam: oscilação de preços pagos pela produção; alguns não terão sucessores no futuro; baixa margem de lucro; penosidade do trabalho; e escassez de mão de obra disponível para a atividade.

Conforme mencionado, o processo de sucessão familiar se apresentou como fator de maior importância para a continuidade da propriedade rural. Sendo que a existência de sucessor foi definitiva para a continuidade da atividade e a não existência foi o principal fator para a interrupção da mesma.

A permanência ou não do jovem na propriedade rural ocorre devido às condições sociais e econômicas que ampliam ou reduzem o que pode ser realizado neste meio (ZÓTIS, 2011). Estes, por sua vez, visualizam melhores perspectivas de permanecer em estabelecimentos com boas condições de capital, trabalho, infraestrutura e gestão (SPANEVELLO; LAGO, 2007; BREITENBACH; CORAZZA, 2017; TROIAN; BREITENBACH, 2018).

A reprodução da agricultura familiar no Rio Grande do Sul está condicionada por um processo sucessório que desperte o interesse dos jovens em permanecer no campo e dar seguimento aos negócios familiares. Ações que buscam incentivar a permanência dos jovens na agricultura são importantes (BREITENBACH; GIARETA, 2015). Porém, nas últimas décadas, a dificuldade de identificação e interesse de um herdeiro sucessor nos estabelecimentos, vem resultando num envelhecimento da comunidade agrícola (ABRAMOVAY, 1998).

Este problema é maior quando abordadas questões de gênero. As moças têm menos interesse em permanecer no campo. Como consequência, a masculinização no meio rural e desestímulo aos jovens do sexo masculinos por não conseguirem parceiras para constituir uma família no meio em que vivem (ABRAMOVAY, 1998).

Já em segundo lugar apareceu a aposentadoria como fator que contribuiu para que os agricultores abandonassem a atividade. Sabe-se que o leite é importante economicamente pela renda mensal que proporciona às famílias. Entretanto, a aposentadoria também proporciona renda mensal o que aliado com a falta de sucessão e a penosidade do trabalho faz com que os mesmos optem por parar com as atividades. A partir da aposentadoria houve maior valorização dos idosos, passando de assistidos para assistentes, devido à dependência de outros membros da família sob seu salário. A Previdência Social é uma das principais políticas públicas voltadas a agricultura familiar, contribuindo para a melhoria econômica e social dos beneficiários (BIOLCHI, 2002).

Observa-se ainda, que o trabalho árduo exigido pela atividade leiteira é um agravante que vem estimulando a desistência por parte dos agricultores desta atividade. Pela atividade leiteira ser um trabalho cotidiano e constante, normalmente extrapolando as jornadas habituais, torna o trabalho assalariado (ou outras atividades) mais atraente e muitas vezes gera um problema para o desenvolvimento da produção de leite (NETO; BASSO, 2005). Em contrapartida, se os trabalhadores

se sentissem estimulados e valorizados perante seu trabalho, as dificuldades poderiam ser encaradas como fatores secundários (BREITENBACH; CORAZZA, 2017; TROIAN; BREITENBACH, 2018). Ou seja, a valorização do campo e das atividades exercidas pelos trabalhadores vem como um fator atrativo para a permanência destes no meio rural (BREITENBACH; CORAZZA, 2017; TROIAN; BREITENBACH, 2018).

As problemáticas da sucessão e do êxodo rural estão correlacionadas na agricultura brasileira (TROIAN; BREITENBACH, 2018). Na localidade analisada constatou-se que o êxodo rural é uma realidade presente na região, representado especialmente pelos jovens filhos dos produtores que partem para o meio urbano em busca de trabalho que possa viabilizar maior reconhecimento, remuneração ou para cursar uma faculdade (Tabelas 1 e 2). Observa-se que nas unidades em que a atividade leiteira não é mais desenvolvida, que em apenas 10% dos estabelecimentos todos os componentes familiares residem no estabelecimento, e mesmo nestes casos particulares, os filhos trabalham no meio urbano, usando a propriedade apenas como moradia.

Como consequência, ocorre um desmantelamento da atividade produtiva de leite. Isso ocorre, pois na agricultura familiar a família é proprietária dos meios de produção e também assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Deste modo, a inserção familiar no trabalho é responsável por suas ações econômicas e sociais (WANDERLEY, 1999). Ou seja, a participação do conjunto familiar na atividade leiteira é fundamental para o sucesso da mesma.

Crítérios econômicos

Após a distinção do perfil técnico e social dos estabelecimentos estudados, neste momento faz-se a distinção econômica dos mesmos (Quadro 4). A classificação econômica foi realizada tomando como base todos os estabelecimentos.

Nesta classificação econômica entre capitalizadas, em transição e descapitalizadas, considerou-se o estabelecimento rural como um todo, de forma sistêmica, integrando todas as atividades desenvolvidas.

Quadro 4- Classificação econômica das unidades de produção analisadas de Alto Alegre/RS.

Classificação	Estabelecimentos	Características
Capitalizadas	24,9%	Apresentam melhor infraestrutura na propriedade; maior margem para a ampliação dos investimentos se comparadas às demais.
Em transição	41,2%	Nível médio de infraestrutura; sem muita margem para investimento; atividade leiteira está presente em cinco destas propriedades, sendo a atividade responsável pela maior parte da obtenção de renda para as mesmas, já a atividade de grãos é fonte secundária.
Descapitalizadas	24,9%	Baixo nível de infraestrutura e poucos recursos para investimento. Das cinco unidades, três estão abandonando a atividade leiteira.

Fonte: Análise realizada pelos autores com base na classificação teórica proposta por Carvalho (2007) e Silvestro et al. (2001).

As perspectivas de futuro para os agricultores familiares que atuam na atividade leiteira diferem proporcionalmente conforme a categorização econômica utilizada (CARVALHO, 2007; SILVESTRO et al., 2001). Para aqueles ‘capitalizados’, com escala, capacidade de remuneração da mão de obra e com sucessores atuantes ou já instalados na unidade de produção, as perspectivas tomam um aspecto de continuidade de investimentos em infraestrutura e modernização de operações. Já para os agricultores que vem de um breve histórico na atividade, percebeu-se que as oscilações de mercado são fatores que pesam negativamente no momento de pensar na continuidade da atividade na unidade produtiva. Para os agricultores que não tem perspectiva de sucessor na propriedade, ou que pertencem a categoria ‘descapitalizados’ ou seja, conseguem uma renda maior com outra atividade menos exigente em mão de obra, o futuro tende ser sem a bovinocultura de leite.

Tanto para os que recentemente iniciaram a atividade quanto os que declararam não ter perspectiva em seguir, a dificuldade de mão-de-obra especializada e o alto custo da mesma influenciam nas decisões. É frequente que a concorrência de mão-de-obra com outras atividades se torna um fator altamente limitante, especialmente no caso de sistemas de produção diversificados (NETO; BASSO, 2005).

O principal fator considerado como uma motivação para a atuação atual destas dez unidades na atividade leiteira é a possibilidade de uma entrada mensal de dinheiro, utilizado para custear os principais gastos familiares. Por outro lado, quando existe a certeza de haver um sucessor para a continuidade das atividades, percebeu-se que isso é um elemento motivador, afetando positivamente na postura dos agricultores que declararam que sentem-se motivados a investir e tecnificar a produção.

Quanto a questão comercial, os agricultores dispõem de várias empresas para comercializar o produto, entre elas: Laticínios Rei Sul; Santa Clara; BRF (Brasil Foods) e CCGL (Cooperativa Central Gaúcha Ltda), etc. A variedade de empresas significa opções de venda caso não estejam satisfeitos com algum parâmetro na transação. Isso é um aspecto positivo, uma vez que mercados caracterizados por oligopsônios concorrenciais no setor de empresas processadoras de laticínios têm como consequência o aumento o poder de barganha do agricultor, garantem maior valorização/preço para o leite ofertado pelos estabelecimentos rurais e estimula a especialização da produção. Em contextos em que predominam monopolsônios, o poder de negociação do agricultor é baixo ou nulo, o preço pago pelo leite é menor e os estabelecimentos têm menos incentivo para modernização e especialização (BREITENBACH; SOUZA, 2015).

Conclusão

A presente pesquisa identificou os fatores que influenciaram na tomada de decisão dos agricultores em permanecer ou desistir da atividade de bovinocultura de leite na comunidade de Santa Lúcia, Alto Alegre/RS; além de investigar as características técnicas, sociais e econômicas dos estabelecimentos e mapear os rumos produtivos daqueles que desistiram da atividade.

Se obteve dois grupos distintos dentre os estabelecimentos que ainda permanecem com a atividade de bovinocultura de leite: a) agricultores motivados – aqueles que investiram na atividade de bovinocultura de leite e têm um sucessor atuante ou com grande perspectiva de continuar na atividade; b) desmotivados – aqueles com pouco interesse em dar continuidade na atividade, que realizaram poucos investimentos e não tem perspectiva de ter um sucessor. Ou seja, ter ou não um sucessor é um fator decisivo para o futuro da propriedade.

Diferentemente de outros negócios ou empresas urbanas, a agricultura familiar é reconhecida pelo vínculo do agricultor com a propriedade que vai além dos aspectos econômicos, perpassando questões emocionais e familiares. Por isso, os negócios e decisões de investimento são também mais afetados por estes aspectos. Neste caso estudado, os investimentos e a especialização da atividade de bovinocultura de leite estão condicionados à perspectiva de continuidade do negócio por um dos filhos sucessores. As propriedades que não visualizam esta perspectiva ou já abandonaram a atividade ou estão em vias de abandonar. Este cenário aponta para a importância que a sucessão rural tem na dinâmica do campo, seja econômica, social ou até mesmo de paisagem.

Concluiu-se com o trabalho que os principais motivos apontados pelos agricultores para permanecer ou sair da atividade leiteira no Distrito de Santa Lúcia – Alto Alegre foram, respectivamente, o considerável giro de caixa mensal e a falta de sucessor. Notou-se uma similaridade entre as respostas dos entrevistados, bem como que as propriedades, muitas vezes, estão a mercê de oscilações do mercado e gostariam de ter mais autonomia no controle de custos de produção ou na definição dos preços do produto.

Como indicativo de estudos futuros, registra-se a importância de analisar casos de sucesso para identificar os pontos favoráveis a manutenção e o crescimento da atividade leiteira nestes estabelecimentos, desde que, proporcionando qualidade de vida e renda aos agricultores, fatores indutores do desenvolvimento rural. Como sugestões para melhorar o desempenho da pecuária leiteira e do desenvolvimento rural em questão, alerta-se para um dos pontos centrais verificados neste estudo: a sucessão do negócio familiar. Ou seja, a necessidade de os estabelecimentos pensarem em ações de planejamento para que os jovens permaneçam (ou sejam incluídos) na atividade leiteira, não apenas como mão-de-obra, mas façam parte das decisões administrativas e obtenham rendimentos financeiros.

Referências

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.

BIGHETTI, H. **Censo Agropecuário: investimento em pastagem mantém produtor no campo**. 2018. Disponível em <<https://canalrural.uol.com.br/noticias/censo-agropecuario/censo-agropecuario-investimento-em-pastagem-mantem-produtor-no-campo/>> Acesso em: 18/08/2018.

BIOLCHI, M. A. **Agricultura familiar e previdência social rural: efeitos da implantação do sistema de aposentadorias e pensões para os trabalhadores rurais**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, 2002.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC** Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.

BRASIL. **LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm>. Acesso em: 25 de janeiro de 2016.

BREITENBACH, R., CORAZZA, G. Perspectiva de permanência no campo: Estudo dos jovens rurais de Alto Alegre, Rio Grande do Sul/Brasil. **Revista Espacios**. v. 38, n. 29, p.1-11, 2017.

BREITENBACH, R.; SOUZA, R. S. de. Estruturas de mercado, governança e poder na cadeia produtiva do leite no rio grande do sul. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 17, n. 3, p. 336-350, 2015.

CAMILOTTO, A. H. G. Fatores condicionantes da permanência na atividade leiteira de produtores da Zona da Mata Mineira. 2011. 81 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciência e Tecnologia do Leite e Derivados) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

CARVALHO, V. R. F. Sucessão Da Atividade Na Pequena Propriedade Rural Na Perspectiva Da Família E De Gênero. **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. UEL – Londrina/PR. Jul. 2007.

DALCIN, D.; TROIAN, A.; OLIVEIRA, S. V. De. Estudo da participação e permanência dos jovens na agricultura familiar na localidade de Dr. Pedro e Mirim em Santa Rosa-RS. In: **Anais do Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/13/431.pdf>. Acesso em: 30/08/2015.

DOS SANTOS, A. M., MITJA, D. (2016). Agricultura familiar e desenvolvimento local: os desafios para a sustentabilidade econômico-ecológica na comunidade de Palmares II, Parauapebas, PA. **Interações** (Campo Grande), 13(1). Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v13n1/a03v13n1>> Acesso em 21/11/2019

FEE (Fundação de Economia e Estatística) – **Núcleo de Demografia e Previdência**. Censo demográfico de 2010. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br>> Acesso em: 08/09/2015.

_____. **Dados Abertos 2015**. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br>> Acesso em: 30/03/2015.

FREIRE, P; DE SOUZA, A. D.; DO NASCIMENTO, D.C. Políticas públicas e agricultura familiar em contextos de crise no estado do bem-estar social: Um estudo de caso. **Revista de Estudos Jurídicos UNESP**, v. 19, n. 30, 2017.

GOMES, C. A.; CONTERATO, M. A.. Projetos Territoriais de Desenvolvimento: uma Tipologia do Proinf no Território Rural Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul. **Revista GEDECON-Gestão e Desenvolvimento em Contexto**, v. 3, n. 2, p. 18-34, 2015. Disponível em <<http://www.revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/GEDECON/article/view/601/576>> Acesso em 21/11/2019

IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Pesquisa por município em IBGE cidades. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=430055&idtema=3&search=rio-grande-do-sul|alto-alegre|censo-agropecuario-2006>> Acesso em 20/03/2016.

_____. **Censo Demográfico de 2000 e 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/apps>> Acesso em: 10/09/2015.

_____. **Produção Animal no 4º trimestre de 2014**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/producaoagropecuaria/abate-leite-couro-ovos_201404comentarios.pdf>. Acesso em 20/03/2016.

_____. **Quantidade de leite cru adquirido e industrializado no mês e no trimestre (Mil Litros), 1º trimestre 2018**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/economicas/agricultura-e-pecuaria/9209-pesquisa-trimestral-do-leite.html?edicao=21443&t=destaques>>. Acesso em 20/08/2018.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Tabela com módulo fiscal dos municípios**. 2013. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/tabela-modulo-fiscal>> Acesso em: 30/03/2016.

INSTITUTO SOUZA CRUZ. Sustentabilidade do Campo. Ano 1, n. 2, Rio de Janeiro. julho/2011.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento Rural: conceito e um exemplo de medida. XLIII Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER). In: **Anais...** Cuiabá (MT), 2004.

KLAUCK, A. L. Agricultura familiar e o processo de industrialização no município de Picada Café. UFRGS, Trabalho de conclusão de curso, **Departamento de Ciências Econômicas**. Picada Café, 2011.

MALUF, R. S.; MENEZES, F.; VALENTE, F. L. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. **Revista Cadernos de Debate**. Vol. IV / 1996 Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP, páginas 66-88.

MARTINS, P. R. G.; SILVA, C. A. DA; FISCHER, V.; RIBEIRO, M. E. R.; STUMPF JÚNIOR, W.; ZANELA, M. B. Produção e qualidade do leite na bacia leiteira de Pelotas-RS em diferentes meses do ano. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 36, n.1, p.209-214, jan-fev, 2006.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Lista de DAP do Município Alto Alegre/RS**. 2015. Disponível em: < <http://smap14.mda.gov.br/extratopf/>> Acesso em: 31/03/2016.

MOTA, D. M.; SCHMITZ, H. Agricultura familiar: categoria teórica e/ou de ação política? **Fragmentos de Cultura**. V 16, Nº 11/12, p. 907 – 918. Goiânia, GO: 2006.

NETO, B. S.; BASSO, D. A produção de leite como estratégia de desenvolvimento para o Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí, ano 3, n. 5, p. 53-72, jan./jun. 2005.

OLIVEIRA, E. R.; RIBEIRO, E. M. Indústria rural, agricultura familiar e desenvolvimento local: o caso da produção de cachaça artesanal em Salinas-Minas Gerais. In: **Seminário Sobre a Economia Mineira**, 10. 2002, Anais... Diamantina, MG, 2002.

PANNO, F.; MACHADO, J. A. D. Influências na Decisão do Jovem Trabalhador Rural: Partir ou Ficar no Campo. **Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuí, ano 12, n. 27, p. 264-297, jul/set. 2014.

RAMOS, P.; RAMOS, M. M.; BUSNELLO, S. J. **Manual prático de metodologia da pesquisa: artigo, resenha, projeto, TCC, monografia, dissertação e tese**. Blumenau: Acadêmica, 2003.

RIES, J. E. Relatório socioeconômico da cadeia produtiva do leite no Rio Grande do Sul: 2017. Realização: Emater/RS-Ascar. Porto Alegre RS: Emater/RS-Ascar, 2017. 64 p.

SCHNEIDER, S. As Transformações Recentes Da Agricultura Familiar No Rio Grande Do Sul: O Caso Da Agricultura Em Tempo Parcial. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, (16)1:105-129, 1995.

SILVA, A. da.; BREITENBACH, R. O debate “agricultura familiar versus agronegócio”: as jaulas ideológicas prendendo os conceitos. **Revista Extensão Rural**, DEAER – CCR – UFSM, vol. 20, nº 2, 2013.

SILVA, G. S., et al. Panorama da bovinocultura no Rio Grande do Sul. **Acta Scientiae Veterinariae**. Pub 1215. Porto Alegre, 2014.

SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M. A. DE; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. **Os Impasses Sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura Familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead / Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SPANEVELLO, R. M.; LAGO, A. As cooperativas agropecuárias e a sucessão profissional na agricultura familiar. In: **CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, 45. 2007, Londrina. Anais... Londrina: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2007. CD ROM.

TRICHES, E. **Importância da atividade leiteira na agricultura familiar e uma análise na propriedade Ghion – Marau – RS**. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Camargo, 2011.

TROIAN, A., BREITENBACH, R. A Questão da Juventude na contemporaneidade: Estudo dos Projetos de Vida em Arroio do Tigre/RS. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 16, n. 44, p. 260-284, ago. 2018b.

VENTURA, M. M. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. **Revista SOCERJ**. 20(5):383-386. 2007.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 2 ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

WILKINSON, J. Cadeias Produtivas Para Agricultura Familiar. **Revista de Administração da UFLA**. Organizações Rurais e AGROINDUSTRIAIS. V.1 – N. 1 – Jan./Jun – 1999.

_____. Mercosul e produção familiar: abordagens teóricas e estratégias alternativas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 25-50, abril de 1997.

ZÓTIS, T. S. Causas e consequências da evasão dos jovens da comunidade rural de São Vitor, município de Camargo – RS. 2011. **Trabalho de conclusão de curso** (Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural a Distância). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.